

Coordenação desta Edição DIHS/ENSP/FIOCRUZ

Edição dedicada aos trabalhadores enforcados, em maio de 1886, em Chicago, por lutarem pelos direitos dos trabalhadores

## A cor da Saúde do Trabalhador

### EDITORIAL\*

A Saúde do Trabalhador não tem coloração partidária, mas tem cor. A cor da saúde do trabalhador é uma cor que não segrega, é uma cor que não separa, é uma cor que não supera as demais cores. A cor da saúde do trabalhador é uma cor que une, agrega, acolhe, mistura-se a todas as demais cores. A cor da saúde do trabalhador tem pedacinhos de todas as cores que enfeitam nossos olhos ao olhar para as coisas do mundo e ao olhar para as pessoas que constroem as coisas do mundo. Tem do VERDE a esperança de que trabalhadores que constroem as coisas do mundo um dia possam viver a glória de, ao construírem as coisas do mundo, serem dignificados e respeitados em sua saúde e sua vida. Tem do AMARELO o brilho do sol que um dia possa iluminar os obscuros processos e ambientes de trabalho que matam, mutilam e adoecem trabalhadores. A cor da saúde do trabalhador tem nos seus pedacinhos ROSA a delicadeza com que deveriam ser tratados os trabalhadores pelo capital, pelos governos, pelas políticas públicas, pela sociedade e, enfim, por todas as pessoas que respiram. Respiram porque existem pessoas que trabalham por trás de seus pulmões: os trabalhadores que constroem as coisas do mundo. Ninguém respira sem trabalho. O trabalho é a exaltação e o louvor das coisas do mundo. A ele devemos todas as reverências. E àqueles que o exercem - os trabalhadores - devemos todas as reverências. Não é a deuses ou a entidades místicas que nos devemos penitenciar ou pedir perdão. Figuras míticas criadas pelas crenças, religiosas ou políticas, que não resolvem a morte e o adoecimento no trabalho, devem ser interpeladas pelos que defendem a saúde dos trabalhadores. Nenhuma divindade resolve o problema que está aí - escarrado a nossos olhos - trabalhadores morrendo ao cometer o pecado mortal de apenas... de apenas... de apenas... trabalhar... trabalhar... trabalhar. Do AZUL, do céu, do mar e de tantas bandeiras por esse mundo dominado incluem-se também pedacinhos na cor da saúde do trabalhador. O AZUL diz: presente. Presente! Com [Marielle Franco](#), [Chico Mendes](#), [Don Helder Câmara](#), [Darcy Ribeiro](#), [Josué de Castro](#), [Paulo Freire](#), [Don Paulo Evaristo Arns](#), [Milton Santos](#), [Teotônio Vilela](#), [Herbert 'Betinho' de Sousa](#), [Don Pedro Casaldáliga](#), [Maria da Penha](#), [Dorothy Stang](#), [Dona Pureza Loiola](#), alguns de tantos brasileiros (nascidos ou assumidos) de tempos recentes que quiseram mudar o Brasil sem conchavos ou mumunhas.

### Nesta edição

Editorial - A cor da Saúde do Trabalhador	1
Entrevista - Leny Sato	2-4
Artigo do mês - Gabriela Chaves Marra	5-6
Perfil Sindical - Jorge Gonçalves de Souza (Jorginho)	7
Trabalhadores Anônimos - Nossos mortos de 1º de maio	8
Informes	9

Trabalhadores explorados são a inspiração no fundo das almas desses personagens que nos inspiram. Dos pedacinhos da cor VIOLETA, a cor da saúde do trabalhador extrai o equilíbrio entre a matéria e o espírito. A matéria que está dada na carne dilacerada de trabalhadores mortos no trabalho é a coisa morta. O espírito da revolta contra esse estado de coisas é a coisa viva e imortal. Não morre o espírito da coisa. Não se mata o espírito da coisa. E a coisa é a dignidade no trabalho. Os pedacinhos de CINZA estão impregnados na cor da saúde do trabalhador, nas máquinas vaporentas e nas poeiras tóxicas que desde a Revolução Industrial exterminam a classe operária. A tristeza cinzenta está embutida na cor da saúde do trabalhador. O PRETO que compõe a cor da saúde do trabalhador, além de trazer a marca racial da opressão no trabalho, representa a noite. É na escuridão da noite que os trabalhadores vivem seus dramas e sofrimentos mentais que o trabalho indigno provoca. Mas é a pretura da noite que anuncia o dia. Haverá um dia em que trabalhadores trabalharão para extrair do trabalho a vida digna. A cor da saúde do trabalhador tem, também, muitos pedacinhos de BRANCO. A branquidão da paz é negada na relação capital-trabalho. Na guerra do capital contra o trabalho não há paz. Em tempos de paz, a exploração do trabalho pelo capital mata mais trabalhadores do que os tempos da guerra. Não há paz enquanto houver a guerra declarada no trabalho contra os trabalhadores. As bandeiras dos países do mundo com suas cores exuberantes não mostram que foram construídos com o trabalho extenuante de multidões de trabalhadores escravizados, explorados, desumanizados. Cores desonradas pela opressão e pela ganância. Contudo, bandeiras e suas cores podem ser ressignificadas. Don Helder Câmara dizia que “*Não podemos abandonar bandeiras certas porque elas estejam em mãos erradas*”. Enquanto houver sangue de trabalhadores escorrendo de seus postos de trabalho, a saúde do trabalhador mesmo tendo impregnada em sua bandeira todas as demais cores, tem uma cor que sobressai. É óbvio. É a cor do líquido que escorre da exploração dos trabalhadores quando perdem a saúde e a vida no trabalho: VERMELHO. ■ ■ ■

\*Os editoriais do Boletim expressam a opinião da coordenação do Fórum Intersindical e nem sempre a de todos os participantes. A cada reunião ordinária, os editoriais são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.

## A fala da Saúde do Trabalhador

# Leny Sato

*Leny Sato desde sua escolha pela Psicologia vem dedicando sua vida profissional à saúde do trabalhador, já no início dos anos '80. A Psicologia do mundo do trabalho, no Brasil, enriqueceu com sua contribuição. Pesquisadora e formadora, seus textos são referência obrigatória para o povo da saúde do trabalhador. Nessa breve entrevista, Leny nos mostra um pouco de sua inestimável contribuição à saúde do trabalhador.*

### FIS - Como foi seu ingresso na saúde do trabalhador?

Leny Sato - Em 1982 concluí a graduação no Instituto de Psicologia da USP [Universidade de São Paulo]. Embora eu não tivesse contato com a saúde pública durante a graduação, interessei-me e queria fazer a Especialização em Saúde Pública, mas à época, não me foi possível. Em 1984 iniciei um Curso de Aprimoramento em Saúde Coletiva no Instituto de Saúde (de pesquisa) da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, com bolsa da FUNDAP [Fundação do Desenvolvimento Administrativo]. Essa experiência se constituiu em importante marca em minha formação como profissional e como cidadã. Devo isso à iniciativa de uma equipe muito especial que estava no Instituto de Saúde<sup>2</sup>, no governo André Franco Montoro (eleito em 1982). Aquele foi um período extremamente importante para a democracia brasileira. Para esse curso foram selecionados recém-formados de diversas carreiras: ciências sociais, educação, estatística, nutrição e psicologia. Em termos de orientação pedagógica, ele nos colocou em contato com leituras críticas para pensar as condições sociais do processo saúde-doença, o papel do Estado e as dinâmicas da sociedade civil. Esses eram elementos bastante importantes para pensar a construção de políticas públicas de corte social. Àquela época, o Instituto de Saúde estruturava novas áreas para propor políticas públicas, e uma delas era “Trabalho e Saúde”, que contava com três médicos sanitaristas (Francisco Antonio de Castro Lacaz, Lys Esther Rocha e Clarice Umbelino de Freitas). Com esses profissionais conhecemos os debates teóricos e políticos que envolviam esse tema. No Instituto de Saúde, conheci de perto os recém-criados Programas de Saúde do Trabalhador (PST).

Posteriormente, integrei a equipe técnica do DIESAT [Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho], inicialmente como voluntária. Esse foi outro espaço no qual pude conhecer realidades de trabalho, trabalhadores e dirigentes sindicais (em carne-e-osso) e a política sindical no campo da saúde do trabalhador.

### FIS - Quais foram suas experiências mais relevantes?

LS - Tive dois espaços de inserção profissional na saúde do trabalhador (ST). Eram espaços de aprendizado, de construção de conhecimento e de atuação profissional. Foi uma vivência instigante e provocadora poder pensar a psicologia nesse campo, pois a deslocava de seu lugar de conforto, dado que nele não existia um espaço já construído para a Psicologia.



E o que se abria para nós, jovens recém-formados, era um horizonte para a criação na nossa realidade. Num primeiro momento, as especificidades disciplinares cederam lugar a um conhecimento não delimitado por fronteiras, dando-me a oportunidade de ter uma formação centrada nas questões desse campo e não nos objetos construídos pela Psicologia. Foi um movimento marcante para meu aprendizado, por privilegiar os problemas apresentados pela realidade social e, ao mesmo tempo, interrogar os objetos teóricos e os métodos da psicologia ao lidar com essa realidade. Esse movimento é importante para que o conhecimento científico se desenvolva e para que a prática profissional seja inventada em qualquer campo. Nesse sentido, foram muitas as experiências relevantes. Mas, antes de referi-las, pontuo por que são relevantes. Em primeiro lugar pelo fato de se abrir a possibilidade de conhecer a realidade de trabalho em suas diversas faces. De um lado, a partir de relações nas quais o trabalho está enredado, temos a exploração (subjugação), o adoecimento, o sofrimento e a ocorrência de acidentes. Essas relações também interferem negativamente no modo como as pessoas são (subjetividade, para usar um termo da psicologia). De outro, como lugar de construção de laços afetivos e de amizade, de bom convívio e de resistência. Em segundo lugar, credito a relevância das experiências ao fato de elas terem me ensinado o quão rico e complexo é o conhecimento das/os trabalhadoras/es. Em terceiro, a importância de se garantir os espaços coletivos próprios, nos quais as/os trabalhadoras/es possam construir sua identidade coletiva (de classe), definir seus interesses e construir estratégias que lhes permitam ter uma vida digna. Em quarto, ao fato de aprender que a política pública deve ser construída com a população. Esses foram os pontos de chegada. Destaco que todas as experiências tanto na Secretaria de Estado da Saúde<sup>3</sup> como no DIESAT foram construídas em grupo, envolvendo profissionais de diversas instituições e sindicatos. Dentre as várias atividades desenvolvidas na forma de estudos, pesquisas, formação e assessoria sindical, destaco três, nas quais pude apreender a relevância daqueles aspectos. A primeira se refere à formação sindical em saúde, atividade desenvolvida pelo DIESAT para dirigentes sindicais, representantes e trabalhadores de base. Essa foi uma das experiências mais significativas, ainda numa situação de aprendizado, engajamento e reflexão. Foram muitos cursos, seminários e encontros, conduzidos com metodologia apoiada nos ensinamentos de Paulo Freire. Iniciávamos as discussões com o levantamento e explicitação do conhecimento que os trabalhadores constroem no cotidiano para, então, problematizá-lo.

1 - O governador Geraldo Alckmin extinguiu a FUNDAP em 2015. Essa fundação desenvolveu papel importante na formação de profissionais para trabalhar nos serviços públicos.

2 - José da Rocha Carneiro; Ausônia F. Donato; Luiza S. Heimann; Carlos Eduardo M. Baldijão; Maria Helena Oliva Augusto; e Olavo Viana Costa.

3 - Na Secretaria de Estado da Saúde, trabalhei a maior parte do tempo no Instituto de Saúde e alguns anos no Centro de Vigilância Epidemiológica, quando desenvolvi atividades com o PST da Zona Norte. Após meu ingresso de aprimoramento fui contratada como psicóloga, por processo seletivo e, por fim, como pesquisadora científica, mediante concurso público. Em 1995, passo a trabalhar como docente no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, por concurso público, onde trabalho atualmente, com dedicação exclusiva, como professora titular.

Leny Sato

Esse momento mostrava as realidades de trabalho muito diversas e era marcante para socializar o conhecimento sobre os diversos problemas no trabalho. Utilizávamos diversas técnicas de modo a facilitar a expressão do conhecimento, das representações, crenças e práticas dos trabalhadores sobre os assuntos discutidos. A riqueza de detalhes sobre o local de trabalho, a contínua busca dos trabalhadores para compreender o processo de trabalho e, principalmente, os mecanismos de controle a que estavam submetidos chamavam a atenção. Nos desenhos que os trabalhadores faziam de seus locais de trabalho, o relógio de ponto estava sempre presente, nunca vou me esquecer disso, expressando que a vivência do controle era significativa. Momentos importantes eram as dramatizações em que trabalhadores vivenciavam situações fictícias de reunião de negociação com proprietários de empresa. Em geral, esse era o final de um processo no qual os participantes eram levados a construir um mapeamento de risco. A ST formou muitos ativistas e diretores sindicais, formação possibilitada pelas atividades do dia-a-dia, pela exigência de contato cotidiano e próximo dos trabalhadores. Uma segunda experiência foi a pesquisa que fizemos no Instituto de Saúde sobre o PST da região do ABCD paulista, na qual o protagonismo do Sindicato dos Químicos do ABC foi extremamente importante no sentido de indicar prioridades de atuação e garantir que as ações do PST não se reduzissem a práticas assistenciais. Para que o PST funcionasse era necessário construir uma articulação interinstitucional de modo a garantir a referência de especialidades, os exames laboratoriais, que incluíam exames toxicológicos. Era necessário adotar uma outra lógica, de modo a construir um Programa de Saúde do Trabalhador e isso demandava muito trabalho de articulação e negociação entre diferentes instituições. Além dos profissionais da saúde, a equipe contava com o agente sindical de saúde, que era um trabalhador de base da categoria química, cuja participação era relevante no sentido de recepcionar trabalhadores que demandavam o serviço e colher dados da história profissional e das condições de trabalho. O PST atendia no terceiro turno, de modo a facilitar a ida dos trabalhadores ao serviço. A pesquisa possibilitou avaliar diversos aspectos organizativos desse PST, evidenciando ser uma iniciativa singular que enfrentou diversas dificuldades em termos de integração interinstitucional e resistência por parte das empresas que não aceitavam o atestado médico emitido pelo PST. Por outro lado, teve muitos aspectos positivos em relação à efetiva participação dos trabalhadores. Importante ressaltar que esse PST desvendou muitos casos de doenças profissionais e do trabalho, o que levou ao significativo aumento de notificação desses casos à Previdência Social. Foi um exemplo do que é uma política pública em saúde, para a qual se mostrou imprescindível o trabalho do servidor público, com todo o significado que essa designação tem – servir ao interesse público –. Participei de um grande grupo que atuou num caso emblemático que envolveu esse PST e tornou pública as más condições de trabalho na empresa Eletrocloro, uma importante multinacional belga do grupo Solvay. Esse caso, envolvendo trabalhadores expostos a mercúrio metálico, foi relatado no livro *Insalubridade: morte lenta no trabalho*, publicado em 1989 pelo DIESAT (Editora Oboré/SP), que contou com diversos autores que faziam parte do corpo técnico do DIESAT. Foi um longo e difícil processo envolvendo o SindQuímicos/ABC, instituições de saúde, pesquisa e inspeção em várias esferas. Esse caso foi emblemático e chamou a atenção, em especial, como a vida das pessoas pode “virar de ponta cabeça”, em função da exploração e do descaso das empresas.

*Nos desenhos que os trabalhadores faziam de seus locais de trabalho, o relógio de ponto estava sempre presente, nunca vou me esquecer disso, expressando que a vivência do controle era significativa.*

Os trabalhadores expressavam profundo ressentimento em relação à empresa, pois a ela se dedicaram por mais de 25 anos de trabalho. Era o emprego que muitos queriam para seus filhos pois, até então, era a empresa que eles acreditavam ser como uma “mãe”. Sentiram-se traídos por ela e com razão, pois ela detinha informações sobre as condições de saúde dos trabalhadores expostos ao mercúrio metálico e não os informava. O Serviço Médico da Eletrocloro mantinha arquivados os resultados dos exames periódicos que acusavam níveis altíssimos de mercúrio no organismo. Esse é um “caso de livro”. O processo iniciou quando três trabalhadores, lançando a hipótese de que seus sintomas estavam relacionados com as condições de trabalho, buscaram a orientação da Comissão de Saúde do Sindicato. Após a confirmação de que eles estavam contaminados com mercúrio, um longo processo foi desencadeado, envolvendo diversas instituições, levando, inclusive, à necessidade de se normatizar parâmetros para a concessão de benefícios previdenciários. Vale destacar que como o mercúrio é neurotóxico, a avaliação neuropsicológica foi um instrumento importante para o diagnóstico dos casos. E aí, a Psicologia teve uma contribuição relevante. À época, contamos com a importante contribuição da psicóloga Beatriz H. W. Lefèvre, que trabalhava no setor de neurologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Ela supervisionou o trabalho de várias psicólogas que fazíamos a avaliação neuropsicológica desses trabalhadores.

Outra experiência significativa foi integrar um grupo de assessores do DIESAT para desenvolver uma pesquisa, em 1986, por demanda do Sindicato dos Metroviários de São Paulo. A equipe era composta pela socióloga Agda Delia, a psiquiatra e professora Edith Seligmann-Silva, que era a coordenadora da pesquisa<sup>4</sup>, eu e o sanitarista Francisco Lacaz que participou em algumas etapas. Dessa experiência destaco o fato de ter sido uma rica e estimulante vivência de pesquisa-participante que se constituía, a um só tempo, em pesquisa e formação, tanto para os trabalhadores do metrô, que faziam parte do grupo de pesquisa, como para nós, as assessoras. Operadores de trem do metrô desgastados pelas condições e organização do trabalho reivindicavam redução da jornada diária de trabalho de 8 para 6 horas. A equipe de pesquisa que analisou essa reivindicação era composta por trabalhadores das duas linhas de metrô que existiam à época (azul e vermelha) dos diversos turnos de trabalho (os operadores de trem trabalham em turno alternado) e por nós assessoras. Essa composição do grupo de pesquisa foi possível pois os trabalhadores do Metrô tinham expressiva capacidade organizativa e de negociação com a direção da empresa e conseguiram, sempre com a intermediação da direção sindical, negociar a liberação para participar das reuniões e acompanhar as assessoras em visitas às instalações da empresa (pátio, salas de controle, espaços de manutenção etc...). O desenho da pesquisa foi definido e acompanhado em todas as etapas pelo grupo de pesquisa. A combinação da tecnologia empregada (automação com operação semiautomática), natureza do trabalho (transporte público), condições ambientais (ambiente escuro) e organização do trabalho (trabalho em turnos alternados) permitiu identificar diversos problemas:

4 - Edith Seligmann-Silva se refere a alguns aspectos dessa pesquisa em seu livro *Desgaste mental no trabalho dominado. O direito de ser dono de si mesmo* (2011). São Paulo: Editora Cortez.



Leny Sato

exigências cognitivas como esforço de atenção decorrente do trabalho isolado, monótono, cujo conteúdo de trabalho se caracteriza pela exigência de vigilância de equipamentos e rigoroso controle de tempo. Tudo isso se dá num ambiente que induz à sonolência, dificultando a prontidão de respostas, tédio, desânimo, pensamentos desagradáveis e opressivos, fadiga física e mental. Alguns efeitos sentidos: nervosismo, problemas de sono, coluna, digestivos e pressão arterial, cansaço crônico. A vida social e o lazer eram prejudicados pelo trabalho em turno alternado. A riqueza do aprendizado coletivo foi um dos importantes ganhos desse processo. Ao final da pesquisa, reuniões com os trabalhadores apresentaram e discutiram os resultados obtidos. A assessoria técnica participou de negociações com a direção do Metrô que resultaram na mudança da escala de trabalho, aumentando os períodos de folga. Esse também é um caso de livro.

### FIS - Quais os principais obstáculos que você enfrentou?

LS - Os obstáculos que constituem o campo da ST são os decorrentes da política, da correlação de forças capital-trabalho ou de empresa-empregados. Àquela época, tivemos diversos casos, em contato com a Vigilância Sanitária/SP e com alguns PST, nos quais esses obstáculos eram muito claros e, em alguns, intransponíveis. Foi um importante aprendizado pois ficava patente que não bastava termos boas intenções e nem conhecimento suficiente sobre os problemas com os quais lidávamos para conseguirmos atuar de modo a preveni-los. A formação em Psicologia tem um forte viés humanista e, de modo geral, não trazia a política para o interior da sua construção ou de suas práticas. A política era algo a se fazer em paralelo, fora das práticas profissionais. Contrariamente a esse ideário, minha aproximação com o campo da saúde pública, em especial com a ST e com a saúde mental, forneceu outra formação. A ST questionava preceitos e teorias pretensamente neutras que fazem parte das concepções da Psicologia. O aporte da Medicina Social Latinoamericana foi um grande marco no sentido de significar a relação entre política, construção de conhecimento e construção de práticas. Outro obstáculo que enfrentamos era a abissal desigualdade entre os recursos financeiros dos órgãos públicos de saúde e das grandes empresas. Um obstáculo no âmbito da política, mas numa outra esfera: a do Estado não prover instrumentos e recursos para atuar como autoridade sanitária. Nas leituras, um obstáculo é a hegemonia das teorias que concebem os processos de constituição da subjetividade e de sofrimento e adoecimento como totalmente desvinculadas da vida material e social, restritas a uma compreensão individualista. Com o entendimento de Pierre Bourdieu sobre a configuração do campo científico concluímos que isso faz parte de sua dinâmica, onde debates epistemológicos são, em verdade, embates políticos que buscam alcançar visibilidade e espaços de poder.

### FIS - Qual a sua área de atuação hoje na ST?

LS - Como docente no Instituto de Psicologia da USP tive que ampliar o escopo de meu trabalho. No curso de Psicologia, a área do Trabalho era apresentada como sinônimo de Recursos Humanos / Seleção Profissional e, em geral, era desvalorizada pelos alunos, devido aos seus problemas de natureza ética e seu alinhamento político (interesses gerenciais e do capital). A experiência no campo da ST forneceu-me elementos para incluir conteúdos que mostravam ser o local de trabalho, um universo importante para pensar a constituição das pessoas, a sociabilidade, a construção de valores e, claro, as agressões à saúde. Com isso, o campo da ST contribuiu para que a Psicologia concebesse o Trabalho não apenas como área de atuação profissional, mas como categoria de análise, que ajuda a compreender as pessoas onde quer que estejam. A ótica da ST permite focalizar as pessoas como trabalhadores/as, o que pode parecer óbvio, mas não é. Atualmente, estou interessada em pensar os problemas de ST na informalidade, pequenas iniciativas que as pessoas fazem para criar trabalho, para “se virar”. Pensar os problemas frente à precária condição de desproteção social e da falta de um coletivo que possa canalizar reivindicações junto ao Estado, é um desafio. Por muito tempo, no Brasil, a Psicologia focalizou o emprego e não o trabalho em suas diferentes faces.

### FIS - Como você a ST hoje no Brasil e a relação da Academia com os serviços de ST e o movimento sindical?

LS - Vivemos um período de significativo retrocesso, dificultando tanto a organização dos trabalhadores como a atuação dos serviços públicos. Sabemos que os trabalhos e empregos que estão sendo criados são bastante empobrecidos e submetidos a controles cada vez mais rígidos e precarizados. Alguns casos são os do setor de telemarketing, o de motoristas de Uber e empresas correlatas. Além disso, o prolongamento da jornada de trabalho nos mais diversos setores e ramos de atividade está se tornando uma norma. Tudo isso em meio à presença maciça do discurso meritocrático e da ideologia do empreendedorismo que enfraquecem a construção de um sentimento de pertencimento de classe. Atualmente, a ênfase nas diferenças individuais encobre a percepção daquilo que temos em comum. A despeito dos retrocessos sofridos, trata-se de um avanço serem os problemas de ST tema presente na sociedade. Já não se pode negar que eles existem e o discurso de culpabilização da vítima, ainda presente como explicação, tem que se defrontar com o das condições sociais de produção do processo saúde-doença. A academia, os serviços e os sindicatos são instâncias com pautas, ritmos e exigências específicas, o que sempre implica em negociações de possibilidades de trabalho conjunto. Vários trabalhos foram desenvolvidos quer como demanda explícita ancorada em trabalho conjunto, quer como reverberação de problemas advindos de uma relação mais estreita entre essas instâncias. Muitas das dissertações e teses desenvolvidas desde a década de 1980, em várias áreas do conhecimento, são fruto dessa reverberação. E hoje temos vários centros de pesquisa no Brasil desenvolvendo estudos no campo de ST. Atualmente, entretanto, temos sofrido uma mudança bastante significativa na universidade, onde o produtivismo e a adoção de uma política que cada vez mais encaminha para que se privatize, mais e mais, as suas atividades (incluindo parcerias com empresas privadas para desenvolver pesquisa), é o que dá o tom do nosso trabalho. Esse é um outro grande tema. A meu ver, isso poderá exercer influência na autonomia sobre a escolha dos temas de pesquisa e das interlocuções que a universidade priorizará estabelecer. Mas os movimentos da História continuam. ■ ■ ■



Leila também, de Leny Sato:

- Recuperando o tempo perdido: a psicologia e o trabalho não regulado

<https://www.revistas.usp.br/cpstr/article/view/77867/81842>

- Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem

<https://www.scielo.org/article/csc/2005.v10n4/869-878/>

Leila

*Psicologia Social do Trabalho*. Coutinho, M.C.; Bernardo, M.H. & Sato, L. (orgs.) (2017). Petrópolis: Vozes. Ver, especialmente, o capítulo “Fontes do pensamento e das práticas em Psicologia Social do Trabalho”, de Egeu G. Esteves, Marcia H. Bernardo e Leny Sato.

Entrevista concedida ao  
Fórum Intersindical  
maio 2018

# O peso social do seu bife: trabalho em frigoríficos

artigo  
do mês

Gabriela Chaves Marra\*

A CARNE QUE ADOECE - O trabalho em abatedouros e frigoríficos passa despercebido entre a população de um modo geral. Algumas pessoas sustentam apenas o discurso do bem-estar animal, sem se preocupar com os trabalhadores. De onde vem a carne que consumimos? Qual o peso social do seu bife?

Até chegar ao consumo, qualquer produto de origem animal passa por um longo caminho, que não é em linha reta, e que envolve muito mais trabalho humano do que parece, à primeira vista. A cadeia produtiva da carne é um processo que começa com a criação do gado. Fazem parte desta cadeia os fornecedores de insumos básicos, empresas rurais que produzem, criam e engordam os animais, indústrias de primeira transformação, indústrias de processamento, os atacadistas e varejistas, exportadores e consumidores. Dentro desta cadeia estão os abatedouros e frigoríficos, responsáveis pelo abate e processamento de animais e obtenção de produtos e subprodutos derivados da carne. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA), o frigorífico é o setor mais crítico de todas as indústrias da alimentação, pelo alto nível de acidentes no trabalho (Lampert, 2016). A CNAE [Classificação Nacional de Atividades Econômicas] (Brasil, 2002) divide as atividades em abate e processamento de reses (categoria 1011) e aves e suínos (categoria 1012). A tabela abaixo mostra números de acidentes, óbitos e incapacidade permanente devido ao trabalho em abatedouros e frigoríficos de acordo com as categorias de atividades e regiões.

Acidentes típicos com CAT registrada, óbitos e incapacidade permanente no Brasil, 2015.

Tipo de agravo	CNAE	Acidente (12183)		Óbito (37)		Incapacidade Permanente (155)	
		1011	1012	1011	1012	1011	1012
Região (total)							
Região Norte (810)		757	42	4	-	6	1
Região Nordeste (151)		79	68	-	1	1	2
Região Sudeste (3005)		1378	1581	5	4	19	18
Região Sul (5493)		655	4743	1	9	14	71
Região Centro-Oeste (2916)		1760	1120	8	5	19	4
Total Brasil (12375)		4629	7554	18	19	59	96

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho/ AEAT, 2015. Elaboração própria.

*“Fiquei um tempo na sala de abate, lida direto com morte, é meio complicado, desgastante, porque ali tu tá o dia inteiro, dependendo do número de animais, é calor. Tem risco da faca, já aconteceu várias vezes de se machucarem, e também tem o animal que pode cair. Sacrifica muito a mão, tendões, muita gente sofre com isso, problema de coluna, mas tem que trabalhar né...já na desossa, não, é mais tranquilo, geralmente quando acaba o abate, tem gente que vai pra desossa.” “Eu trabalho na desossa...lá é rápido né, se não for rápido você fica arroiado (acumula trabalho), aí eles brigam com a gente, chama tenção, tem que ser rápido, lá passa 2 mil bois, tem que ir rápido se não para a desossa. Aí se eu fico na fraldinha são 2 mil fraldinhas.”*

A produção da carne para industrialização e comercialização não está mais relacionada à produção primária na agropecuária, trata-se de uma *commodity* determinada por oscilações do mercado internacional. As relações de trabalho nesta indústria estruturadas na acumulação de capital levam à pressão social no trabalho e busca infinita do lucro. O trabalhador naturaliza o processo de trabalho alienado estabilizando as contradições: ele sabe que é explorado, mas precisa do trabalho.

A intensificação das atividades do setor da carne e a corrida exacerbada pela competitividade internacional por lucros do mercado pressionam as pequenas empresas ao ritmo imposto pelas grandes. Há, muitas vezes, acúmulo de tarefas, como relatam trabalhadores/as de frigoríficos de Pelotas e Cuiabá sobre o trabalho em frigoríficos e seus riscos. *“...o abate é a área mais pesada de trabalhar, é muito corrido e sujo e tanto na higienização quanto na produção tem que ser rápido. Já me machuquei lá, já caiu uma peça em cima do meu dedo, a gente lida com água quente, muita gente se queima, trabalha com faca, o pessoal se corta.”*

*“Pra nós que já trabalha, a gente acaba gostando, melhor do que ficar em casa, pra uns é difícil, pra outros é mais fácil, é cansativo, passa o dia inteiro fazendo a mesma coisa, fazendo os mesmos movimentos o dia todo.”*

*“...Eu acho muito puxado, mas eu gosto...porque eu vejo que quando eu chego lá, tá aquela sujeira e quando termino eu vejo que entreguei uma coisa diferente do que me entregaram, eu fico satisfeita comigo mesmo...”*

continua

Os abatedouros/frigoríficos apresentam uma forma de organização de trabalho composta por linhas de procedimentos, utilizando máquinas e dispositivos de corte. Os trabalhadores atuam em todo o processamento de produtos e subprodutos de origem animal. Devido aos riscos de acidentes, as atividades são realizadas com o uso de equipamentos de proteção individual (EPI), mas essas atividades de rotina duram muito tempo, são repetitivas e em sua maioria manuais. Há uma grande quantidade de trabalhadores adoecidos com Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Ósteo-musculares Relacionados ao Trabalho (DORT) (WALTER, 2016). Este esforço gera distúrbios osteomusculares devido aos movimentos repetitivos e contínuos dos membros superiores, posição estática do corpo e fatores ambientais como ruído, piso escorregadio, vibrações, monotonia, variações de temperatura e umidade. *“Trabalhava na desossa, pegava muito peso, fazia tudo, queria aprender, mas aí demorou um pouquinho e começaram as dores, dor no braço, dor nas pernas, dor nos ombros, aí eu me afastei, faz 4 anos, já fiz duas cirurgias, tem bursite nos dois braços.” “Eu tava de licença e voltei, trabalhei uns 15 dias e não aguentei, lá na desossa é muito frio, dói tudo o corpo da gente, daí eu pedi pra eles me trocarem de setor, mas eles não quiseram e eu tive que voltar pro INSS.”* O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Alimentação e Afins (CNTAA) e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Pelotas, Darci Rocha, participou de uma pesquisa<sup>2</sup> no RS com mais outros 13 sindicatos e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e hoje faz parte da força tarefa do RS. *“Praticamente em todas as empresas que visitamos e que foram interditadas, as salas de abate estavam em situação irregular.”* As principais causas de notificações estão relacionadas à falta de manutenção de máquinas e equipamentos e ergonomia, seguido da jornada excessiva e ritmo elevado de produção.

A regência normativa do setor sempre insuficiente historicamente gerou demandas por aperfeiçoamento e ampliação da abrangência. O movimento resultante dessas demandas resultou, em 2013, na edição da Norma Regulamentadora 36 (NR36) com vista a regulamentar os procedimentos e estabelecer limites às indústrias de processamento de carnes. Composta de 16 tópicos, esclarece temas específicos como mobiliários e postos de trabalho, passarelas e plataformas, manuseio de produtos, levantamento de cargas, recepção e descarga de animais e pausas, entre outros. Esta NR foi fruto de discussões desde 2010, entre sindicatos e Ministério Público. Participaram ativamente a Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação (CONTAC) em conjunto com a Regional Latino-Americana da União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação (Rel-UITA) (IKEDO e RUIZ, 2014). A NR 36 é um avanço na medida que busca sistematizar orientações para a segurança e saúde dos trabalhadores de matadouro. Porém, está distante de atender ao conjunto de elementos e exigências interligadas, que a complexidade do sistema demanda. A realidade produtiva dos frigoríficos precisa ser explicitada e debatida e a ação sindical é fundamental para mudanças no ambiente de trabalho. A normatização continua insuficiente e mais ainda insuficientes as práticas e a fiscalização decorrentes das características do setor (dispersão geográfica, heterogeneidade, saúde do trabalhador secundarizada) no processo que se centra na intensificação e nos controles verticalizados visando lucro. ■ ■ ■

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil, 2002. CBO. Portaria ministerial no. 397, de 9 de outubro de 2002
- Ikedo, F.; Ruiz, R.C. (orgs.). O ambiente de trabalho na Agroindústria. In: Trabalhar e adoecer na agroindústria - Da reabilitação profissional à construção da Norma Regulamentadora dos frigoríficos (NR 36). Florianópolis, 2014.
- Lampert, A. Acidentes de trabalho em frigoríficos crescem. Disponível em <<http://jcrs.uol.com.br/conteudo/2016/03/ecnomia/488460-acidentes-de-trabalho-em-frigorificos-crescem.html>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2018. Reportagem, 2016.
- Walter, L. I. O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global? Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos, ano 14, no 238, vol. 14. São Leopoldo, 2016.

**\*Gabriela Chaves Marra**  
é médica veterinária  
formada na UFRRJ  
[Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro], mestre e  
doutoranda em Saúde  
Pública ENSP/Fiocruz.

#### NOTA dos EDITORES

A produção acadêmica de textos, ditos científicos, não é acessível ao cidadão ‘comum’. Os milhares e milhares de textos produzidos e armazenados em revistas científicas, todos os anos, são lidos apenas entre os pares, ou seja, entre os mesmos que os escrevem. Ficam armazenados nas estantes de uma ‘ciência’ hermética, discriminatória e descolada da sociedade que, para ser conhecida do público, tem que ser traduzida nos jornais, revistas ‘leigas’, boletins, televisão, blogs, vídeos da internet, no boca-a-boca. No caso da saúde do trabalhador, essa situação é mais grave, pois o que se escreve sobre o tema deveria ter como alvo principal de divulgação, ora pois, os trabalhadores! Não é o que ocorre. Revistas ‘científicas’ que tratam da saúde do trabalhador não são “para o bico” dos trabalhadores comuns. E, cada vez mais, são cada vez menos “para o bico” dos próprios pesquisadores da saúde do trabalhador. São muitos os obstáculos para que nós, acadêmicos, professores, militantes, profissionais da saúde do trabalhador consigamos publicar em revistas ‘científicas’. Os julgadores dos textos são rigorosos, cujo rigor, guardado pelo anonimato, é de credibilidade duvidosa. Querem mudar conteúdo, questionar opiniões, mudar o método, mexer na alma do que está escrito. Além disso, revistas ‘científicas’ cada vez mais cobram para publicar, exigem tradução para o inglês, levam meses e até anos para dar respostas se aceitam ou não o artigo que parece ser tido como uma ameaça para uma estética científica de caráter dúbio e que não está preocupada em massificar e democratizar o conhecimento produzido. É com este espírito de resistência que a seção de artigos do Boletim do Fórum Intersindical pretende ser um espaço aberto e democrático de reflexão e difusão de conhecimentos. Mande seu texto. Participe! ■ ■ ■



# JORGE GONÇALVES DE SOUZA

## JORGINHO



PERFIL  
SINDICAL

Salve Jorge! O cidadão Jorginho, recente sexagenário, traz consigo a eterna juventude da luta política pela saúde do trabalhador. O Boletim, nessa edição de maio, mês que simboliza a luta e a resistência dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, registra a trajetória de um dos incentivadores da criação do Fórum Intersindical. Junto com outros combatentes do Sindicato dos Metalúrgicos / RJ (Jesus, Egeson, Raimunda, Luizinho, Jonas, João, Roberto, Ilquías, William, Glória, Jefferson, Bicicleta, Mauricinho e tantos outros), Jorginho, há uns 4 anos, propôs a realização de um Curso de Formação Sindical sobre saúde do trabalhador. A Fiocruz e o Sindimetal toparam o desafio e hoje o Curso está na sua 5ª edição. Do Curso, inclusive, nasceu o Fórum Intersindical, com a contribuição inestimável dos vários sindicatos que deram e continuam dando vida ao nosso espaço de emoção e luta dos trabalhadores pela saúde no trabalho (Comerciários, Bancários, Motoristas e Cobradores, Correios, Saneamento, Telecomunicações, Previdenciários, Asseio e Conservação, Saúde, Servidores Públicos, Rurais, Professores, Petroleiros, Agentes Comunitários, Construção Civil, Propagandistas, Cíveis das Forças Armadas e, entre outros, os Servidores da Fiocruz). Jorginho faz parte de mais essa história.

Desde a formação do CONSEST (Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador do Rio de Janeiro), no início dos anos '90, Jorginho fez da saúde do trabalhador sua trincheira de luta. Nascido em São João de Meriti, onde vive até hoje, iniciou sua militância, em 1982, na Associação de Moradores de sua cidade, na Baixada Fluminense. Foi feirante, servente de pedreiro, técnico de manutenção de cozinha industrial até ingressar em 1984 na FICAP (hoje Nexans-Ficap).

Na empresa de fios e cabos, Jorginho era ajudante de produção e foi vice-presidente da CIPA (representante dos empregados) por dois mandatos. Como Jorginho tinha estabilidade na CIPA, seu espírito inquieto e reivindicador por melhores condições de trabalho levou a empresa a proibir os trabalhadores de falarem com ele. Mas não é preciso dizer que a proibição de nada adiantou, se não falavam com ele ele falava com todos. *“É importante pegar o peão pelo olho. Olhar no olho do peão p'ra defender a saúde falando a verdade.”*

Quando tinha problema na empresa, Jorginho acionava o Sindicato dos Metalúrgicos. A partir de 1987, o presidente do sindicato Washington Costa ia pessoalmente à empresa atendendo ao chamado do Jorginho. Foi quando Jorginho se aproximou do sindicato. A partir daí ele não parou mais de atuar na luta sindical e, sempre, na defesa da saúde do trabalhador. Hoje, vice-presidente do Sindimetal/RJ, Jorginho continua na porta da fábrica defendendo a saúde do trabalhador metalúrgico.

Jorginho foi curtido na luta sindical metalúrgica do final da década de 1980, que combinou a democratização do país com a combatividade operária alimentada pela esperança de anos melhores.

Simboliza essa luta, anos antes, o raro depoimento de Washington Costa numa entrevista (2013). Veja no site: <https://www.youtube.com/watch?v=ta9xDnkoXCg>.

Numa paralisação do Estaleiro Caneco, ainda sem sindicato atuante nos anos duros da ditadura (1975), um aumento menor que o combinado levou os trabalhadores a picharem nos cascos dos navios e nos banheiros sua revolta, mencionando um gerente de produção chamado Manelão: *“Não tem aumento, não tem trabalho, não tem Manelão, não tem o caralho”*.

A combatividade dos metalúrgicos nos seus 100 anos de luta, mesmo nos anos duros, forjou a garra de tantos companheiros do Fórum, entre os quais Jorginho é um exemplo, especialmente por sua luta cuja palavra de ordem é a saúde do trabalhador. Em sua simplicidade, Jorginho é taxativo quando diz que não dá p'ra parar a luta. A disposição da madrugada, quando chega na porta da fábrica, ajuda na disposição da manhã, quando os cartões de ponto são batidos ou os dedos são passados que, por sua vez, ajuda na disposição do dia, quando as máquinas rugem, que ajuda na disposição da noite, para dormir o sono da missão cumprida. ■ ■ ■

*“Peão, é com a luta pela saúde que a gente chega junto da peãozada. Sem condições de saúde no trabalho, mais dia menos dia todo mundo fica doente ou morre do trabalho.”*



# Nossos mortos de 1º de maio

## Trabalhadores Anônimos

*Dando Visibilidade às  
Identidades Sociais*

No mês consagrado à luta dos trabalhadores por direitos, o Boletim relembra os fatos marcantes que consagraram o 1º de maio como o dia do trabalho/trabalhador. O texto foi adaptado do capítulo 6 do livro *Saúde, Trabalho, Direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*, disponível em nosso blog [www.multiplicadoresdevisat.com](http://www.multiplicadoresdevisat.com)

Ao longo do século XIX, chegavam a Chicago milhares de americanos e imigrantes em busca de oportunidades de trabalho. Vários movimentos operários conviviam na luta por melhores condições de trabalho. Uma das suas principais reivindicações era a redução da jornada de trabalho para 8 horas, seguindo uma palavra de ordem: «oito horas para o trabalho, oito horas para o sono e oito horas para a casa». A maioria dos operários americanos era afiliada à Nobre Ordem dos Cavaleiros do Trabalho, mas a Federação Americana do Trabalho, de origem anarcossocialista, exercia maior influência sobre os operários. Em 1884, a Federação decidiu que a partir de 1º de maio de 1886 a duração da jornada de trabalho passaria a ser legalmente de 8 horas. Caso a reivindicação não fosse acatada, os trabalhadores fariam uma greve geral. A resolução repercutiu intensamente, pois trabalhadores viam a jornada de trabalho de 8 horas como a possibilidade de aumentar postos de trabalho, diminuindo o desemprego. Entre os dois anos programados para a mudança reforçaram-se os elos de solidariedade e mobilização dos trabalhadores. Contudo, a imprensa rotulava o movimento operário pelas 8 horas de trabalho como «indigno e desrespeitoso», «delírio de lunáticos pouco patriotas», que pedir isso era «o mesmo que pedir que se pague um salário sem cumprir nenhuma hora de trabalho». A Nobre Ordem se posicionou: «Nenhum trabalhador afiliado a esta central deve fazer greve no 1º de maio já que não demos nenhuma ordem a respeito». O comunicado foi uma traição ao movimento operário e foi rechaçado de imediato por todos os trabalhadores dos EUA. Nos jornais na véspera da greve se lia: «Além das oito horas, os trabalhadores vão exigir tudo o que possam sugerir os mais loucos anarcossocialistas»; o *New York Times* dizia: «As greves para obrigar ao cumprimento das oito horas podem fazer muito para paralisar nossa indústria, diminuir o comércio e frear a renascente prosperidade de nossa nação, mas não lograrão seu objetivo»; o *Filadelfia Telegram* assim se manifestava: «O elemento laboral foi picado por uma espécie de tarântula universal e se tornou totalmente louco: pensa precisamente neste momento em iniciar uma greve pelo logro do sistema de oito horas»; o *Indianapolis Journal* dizia: «As passeatas, as bandeiras vermelhas, os impetuosos discursos de palhaços e demagogos que vivem dos impostos de homens honestos mas iludidos, as greves e ameaças de violência, assinalam o início do movimento»; e o *Chicago Tribune* assinalava: «O chumbo é o melhor alimento para os grevistas. A prisão e os trabalhos forçados são a única solução possível para a questão social. Espera-se que seu uso se estenda». Esse comportamento da imprensa aguçava o ódio entre a classe operária e burguesa e justificava a selvageria dos donos das fábricas, cujo Departamento de Polícia atuava como sua força privativa. Grande parte dos policiais recebia propinas das organizações patronais, além do salário, e assumia que todo trabalhador grevista era um agente estrangeiro anarcossocialista. Antes do movimento pelas 8 horas, dizia um artigo do *Chicago Tribune*, de 1875: «Todos os postes de luz de Chicago serão decorados com o esqueleto de um socialista, se é necessário, para evitar que se propague o incêndio e para prevenir qualquer tentativa subversiva». Em Chicago, no dia 1º de maio de 1886, 200.000 trabalhadores iniciaram a greve e outros 200.000 ameaçavam parar. As mobilizações se seguiram, sendo que uma fábrica continuava trabalhando.

Em 2 de maio, a polícia dissolveu violentamente uma manifestação com 50.000 trabalhadores e no dia 3 na saída de um turno de fura-greves, houve uma batalha campal. Um pelotão de policiais disparou à queima-roupa sobre a multidão, com 6 mortos e dezenas de feridos. O redator Fischer do jornal *Arbeiter Zeitung* imprimiu panfletos com a declaração que foi utilizada como prova de acusação no julgamento que o levou à forca: «Trabalhadores: a guerra de classes começou. Ontem ... fuzilaram operários. Seu sangue pede vingança! Quem poderá duvidar agora que os chacais que nos governam estão ávidos do sangue dos trabalhadores? Mas os trabalhadores não são um rebanho de carneiros. Ao terror branco respondamos com o terror vermelho! É preferível a morte que a miséria. Se fuzilam trabalhadores, respondamos de tal maneira que os patrões lembrem-se disso por muito tempo. É a necessidade o que nos faz gritar: Às armas! Ontem, as mulheres e os filhos dos pobres choravam seus maridos e seus pais fuzilados, ... nos palácios dos ricos enchiam caras taças de vinho e brindavam à saúde dos bandidos da ordem... Secai vossas lágrimas, vós que sofreis! Tende coragem, escravos! Levantai!» Em 4 de maio, na Revolta de Haymarket, 20.000 trabalhadores foram reprimidos por 180 policiais. Um artefato explodiu entre os policiais produzindo um morto e feridos. Os policiais abriram fogo contra a multidão matando e ferindo um número até hoje desconhecido de operários. Foi declarado estado de sítio e toque de recolher, com centenas de trabalhadores detidos, golpeados e torturados, acusados de assassinato do policial. O julgamento que culminou com a condenação de 8 pessoas primou pelas irregularidades e violação das normas processuais, a ponto de ter sido qualificado como uma farsa. Três réus foram condenados à prisão e cinco à forca, no dia 11 de novembro de 1887 (G. Engel; A. Fischer; A. Parsons, que não esteve na manifestação, mas se entregou para estar com seus companheiros e foi julgado igualmente; A. Spies; L. Linng, que se suicidou na cela). No mesmo mês do massacre, setores patronais concordaram com as 8 horas. A Federação dos Sindicatos expressou: «Jamais na história deste país houve um movimento tão grande entre as massas operárias industriais. O desejo de diminuição da jornada de trabalho impulsionou milhões de trabalhadores a filiarem-se às organizações existentes, quando até agora haviam permanecido indiferentes à luta sindical». No Congresso Operário Socialista da Segunda Internacional (Paris/1889), o 1º de maio passou a ser uma jornada de luta reivindicativa e de homenagem aos *Mártires de Chicago*, sindicalistas anarquistas e socialistas. Nos Estados Unidos não se celebra o dia do trabalho nesta data. O *Labor Day* americano foi instituído na primeira 2ª feira de setembro, por temor de que a data de maio reforçasse o movimento socialista nos Estados Unidos. ■ ■ ■

A invisibilidade social dos trabalhadores é patente. Seu adoecimento e sua morte ao produzirem os bens e os produtos de consumo que movem a sociedade e a vida, em si mesma, não constam da embalagem. Não está no rótulo do que comemos e usamos que, para chegar em nossas mãos, adoeceram ‘x’ trabalhadoras, morreram ‘y’ trabalhadores. A doença e a morte rondam o trabalho. Mas não as vemos. Então, o problema é o trabalho? Claro que não! Sem o trabalho não há vida, não moraríamos, não vestiríamos, não comeríamos, enfim, não seríamos o que somos. E se a invisibilidade da relação saúde-trabalho é evidente com os trabalhadores que têm uma inserção social mais visível, com os trabalhadores anônimos a situação é ainda pior. Trazer à tona suas identidades sociais é o propósito desta coluna do Boletim Informativo. Contribua com ela. ■ ■ ■



**PRÓXIMA REUNIÃO do  
FÓRUM INTERSINDICAL**

**Dia 25/05/2018 - 6ª feira  
09 às 13:00h**

**Oficina Temática**

**Uma agenda para a Saúde do  
Trabalhador na sua relação  
com o Parlamento**

**Coordenação do Fórum Intersindical**

Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos  
(pista de subida Zona Norte)

## INFORMES

Marielle  
PRESENTE



## ATENÇÃO

**Audiência Pública**

**Câmara dos Vereadores Rio de Janeiro**

**Dia 25 de maio de 2018 - 14 horas**

**Atividade proposta pelo Fórum Intersindical**

### ATENÇÃO

**Anote as aulas do V Curso de Formação  
Intersindical do dia 25 de maio:**

**Manhã - 09:00 às 12:00 - DIHS/Fiocruz  
(Expansão: local de sempre)**

**Uma agenda para a Saúde do Trabalhador na  
sua relação com o Parlamento**

**Tarde - 14:00 às 17:00 - Plenário da Câmara  
dos Vereadores (Cinlândia)**

**Audiência Pública: Saúde do Trabalhador -  
Código Sanitário e outros temas**

Reunião do Fórum Intersindical em 27/04/2018  
**O Estado de bem-estar e a seguridade social**  
**Jairo da Matta (no destaque)**



### Homenagem ao Dia das Mães - 13/05/2018



**CONTINUAM ABERTAS as INSCRIÇÕES para o  
BOLETIM ESPECIAL de FOTOGRAFIAS sobre  
SAÚDE do TRABALHADOR.**

**Veja as instruções para o concurso em nosso site**

**[www.multiplicadoresdevisat.com](http://www.multiplicadoresdevisat.com)**

**Já pode ir tirando suas fotos!!**

**Conheça a história da Saúde do Trabalhador no Brasil  
Venha para o Fórum Intersindical ...  
... e faça parte dessa história**

### ATENÇÃO!

**Se você tem interesse em escrever um texto sobre  
saúde do trabalhador para a nossa seção artigo do  
mês entre no blog e veja como proceder:**

**[www.multiplicadoresdevisat.com](http://www.multiplicadoresdevisat.com)**

**Acompanhe a AGENDA de reuniões de 2018 da CISTT  
COMISSÃO INTERSETORIAL de  
SAÚDE do TRABALHADOR e da TRABALHADORA  
pelo Blog**

**[www.multiplicadoresdevisat.com](http://www.multiplicadoresdevisat.com)**

**Fórum Intersindical - Democracia participativa pela saúde no trabalho**

Coordenação:

Jacqueline Wilhelm Caldas (mestranda ENSP/FIOCRUZ)

Luciene Aguiar (doutoranda ENSP/FIOCRUZ)

Renato José Bonfatti (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ)

Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

Fórum Intersindical de Formação em Saúde-Trabalho-Direito  
para a Ação em Saúde do Trabalhador

Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos - CEP: 21.040-361

Rio de Janeiro - RJ - Telefone: (21) 3882-9222/9223

[forumintersindical@gmail.com](mailto:forumintersindical@gmail.com)

**Venha para o Fórum Intersindical - Acompanhe nosso Boletim Informativo**